

- XXIV -**PRONATEC: GASTO PÚBLICO OU INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO?**

Aline Rodrigues Alves Rocha/PPE-UEM
alinepsicologa@yahoo.com.br

A presente proposta de comunicação é resultante de um trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *stricto sensu* em educação, cuja proposta foi estudar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), desenvolvido entre 2014 e 2016, com ênfase na formação educacional sob a perspectiva da escola unitária. A partir de tal estudo, outras questões foram sendo formuladas e compuseram o texto final do trabalho, entre elas a questão do investimento realizado no programa e os resultados alcançados pelo mesmo. Para além disso, entender as condições em que programas como PRONATEC surgem e sua relação com as demandas tanto do Estado quanto do público ao qual se propõe a atender fazem parte da proposta de reflexão e debate do presente trabalho.

Ao longo das décadas, a educação profissional (EP) vem se firmando e desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996 na modalidade da educação básica, a educação profissional aparece como tendo caráter complementar. Assim, enquanto complementar, a educação profissional é articulada com a educação básica, podendo ser desenvolvida em diferentes níveis e para diferentes públicos, cuja escolaridade é diversificada. Pode ser compreendido enquanto objetivo da EP, não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior; dessa maneira, a educação profissional deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Partindo desta compreensão, observa-se que o público principal da educação profissional são pessoas que irão ser qualificadas para atuar no mercado de trabalho. Assim, buscando atender à demanda de organismos internacionais onde

[...] a "fórmula mágica" apresentada pelos organismos multilaterais é suprir as necessidades básicas de aprendizagem e, para isso, exigem maior

eficiência e produtividade das escolas. Alegam que a educação é capaz de promover a empregabilidade dos cidadãos e assegurar, aos mais capazes, os melhores salários. Argumentam que as novas demandas do mercado de trabalho exigem dos governos locais maior atenção à educação. (SHIROMA, 2000, p. 81)

Assim, a correlação entre educação profissional e mercado de trabalho se manifesta por meio de diversos autores e ações, e, conforme aponta OLIVEIRA (2003), está evidenciado que há uma orientação para a reformulação da educação, com ênfase na formação de indivíduos para o mundo produtivo. Assim, a educação profissional pode ser vista como uma das principais maneiras que países em desenvolvimento encontram para “promover o desenvolvimento de nações mais pobres e a manutenção da hegemonia econômica e política dos países industrializados” (p. 7).

No caso do PRONATEC, é notório sua proposta de qualificação daqueles que

[...] se encontram “desqualificados” – ofertar a qualificação, sem instrução, sem formação geral, sem considerar a necessidade de desenvolver no indivíduo uma consciência coletiva, que o torne capaz de enxergar e pensar o meio no qual está inserido e, conseqüentemente, pensar meios de transformações sociais. (ROCHA, 2016, p. 90)

A discussão orientada para a EP no Brasil envolve um debate político e econômico, que perpassa projetos, planos e políticas, uma vez que, de acordo com o discurso vigente, a EP é vista como indispensável para promoção do crescimento econômico do país.

Os riscos dos trabalhadores não acompanharem o ritmo das mudanças são continuamente divulgados pela mídia, estimulando o investimento constante em bens e serviços educacionais. Discursos sobre as ameaças de exclusão social por falta de competências são amplamente adotados por governos que precisam lidar com o crescimento vertiginoso do desemprego e o aumento da miséria, tanto em países pobres quanto em ricos. Não por coincidência, o Fundo Monetário Internacional vem incrementando suas ações nas áreas sociais e o Banco Mundial, declarando intenção de aliviar a pobreza, vem ampliando, nos últimos anos, os investimentos em educação em muitas regiões do globo. As preocupações do último nos interessam de perto, pois têm inspirado a definição de políticas públicas no Brasil, em especial a política educacional. (SHIROMA, 2000, p. 78)

Nesse sentido, é importante compreender o discurso oficial e como ele se fundamenta nos vieses mercadológicos para se sustentar. Assim, sob a justificativa de que era necessário dar continuidade às políticas de atenção às classes menos favorecidas e que atendessem aos anseios do mercado, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) emergiu.

O PRONATEC consiste num programa cuja finalidade fundamental é de propiciar “por meio de [...] projetos e ações de assistência técnica e financeira [...] a expansão da rede física”, “da [...] educação profissional técnica de nível médio aos cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (LIMA, 2012, p. 82)

A ênfase do discurso que busca justificar um programa como o PRONATEC é, não em políticas de melhoria da educação básica como um todo, mas em programas de governo voltados para a qualificação do trabalhador. Acentua-se a dualidade educacional que marca a EP desde seu surgimento, pois, o trabalhador é moldado para ser mão de obra no mercado de trabalho, sem considerar que seria possível outras iniciativas que poderiam não apenas melhorar o acesso a educação unitária e, conseqüentemente, a formação humana desse indivíduo.

Em consonância com o discurso de que é necessário profissionalizar para que a empregabilidade seja ampliada, acentua-se o processo de redefinição do papel do Estado (que se torna cada vez mais mínimo e, conseqüentemente, diminuindo sua atuação como executor das políticas sociais) e a EP passa a torna-se também um campo de disputa entre aquilo que é público e privado. Para Dourado e Bueno (2001, p.55) ocorre

[...] uma falsa publicização do privado, que se apropria cada vez mais do espaço público no que concerne ao carreamento de recursos e à exploração de serviços, ao mesmo tempo em que aprofunda suas características mercadológicas alinhadas ao processo de modernização e reforma do Estado, configurado como sua minimização no tocante as políticas públicas.

Noutras palavras, o que é investido pela União no programa, acaba sendo absorvido, em sua maior parte, por instituições privadas de ensino – acentuando a educação enquanto campo de disputa entre público e privado. Prova disso é que o maior executor dos cursos PRONATEC são o Sistema S em detrimento da rede federal.

As condições em que as relações público e privado e as definições em investimentos (onde e como) na educação se materializam se inserem numa realidade moldada pelo capital. Principalmente, na medida em que o Estado passa a atuar fortemente como um protagonista

e maior representante dos interesses do capital. Formação humana e generalista e, conseqüentemente, investimento para tornar a escola espaço com tal objetivo, se distanciam de suas metas. A EP, nesse sentido, consubstanciada no PRONATEC, gera condições para a reprodução de meios necessários para a formação de mão de obra e manutenção dos interesses do capital.

REFERÊNCIAS

DOURADO, L. F.; BUENO, M. S. S. O público e o privado na educação. In: POLÍTICA e gestão da educação (1991-1997). n. 5. Brasília: Inep, 2001.

LIMA, E C de; OLIVEIRA, E da S G; SÁ, M S M M. Gestão Escolar Integrada. Curitiba: IESDE, 2012.

OLIVEIRA, R. A (des)qualificação da educação profissional brasileira. São Paulo: Cortez, 2003

Shiroma, E O. Educação profissional e profissionalização de educadores. PERSPECTIVA. Florianópolis, vol 18, n. 33, p.77-91, jan./ju1. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9386/8638>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

ROCHA, Aline Rodrigues Alves. **Educação profissional e escola unitária:** em foco o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <www.ppe.uem.br>. Acesso em: 01 fev. 2019.